

A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD - 1992 (ECO-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração

Leandro Dias de Oliveira³⁷

Resumo

Uma conferência mundial significa a construção de um simulacro espacial que permite uma leitura geográfica do contexto territorial global e local. Conferências desta envergadura envolvem procedimentos nitidamente geográficos, que vão desde a escolha do lugar, dos objetos e ações constituídos no local e até mesmo o próprio legado socioespacial. Assim, a Conferência do Rio de Janeiro ou Eco-92 foi um simulacro espacial no que se refere à Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável, que nos permite compreender a dura relação entre uma Geografia dos Estados-Maiores e as implicações e resiliências do lugar onde esta ocorre.

Palavras-chave: Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável; Conferência do Rio de Janeiro; ECO-92; Meio Ambiente.

Resumen

Una conferencia mundial significa la construcción de un simulacro "espacial" que permite una lectura geográfica del contexto territorial global y local. Conferencias de esta envergadura implican procedimientos nitidamente geográficos, que van desde la elección del lugar, de los objetos y acciones constituidos en el lugar e incluso su propio legado socioespacial. Así, la Conferencia de Rio de Janeiro o Eco-92 fue un simulacro espacial en lo que se refiere a la Geopolítica del Desarrollo Sostenible, que nos permite comprender esta dura relación de una Geografía de los Estados-Mayores y las implicaciones y resiliencias del lugar donde esta ocurre.

Palabras-clave: Geopolítica del Desarrollo Sostenible; Conferencia de Rio de Janeiro; ECO-92; Medio Ambiente.

Introdução

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, foi uma mega-reunião realizada entre 03 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Neste período, delegações oficiais de 178 países reuniram-se no Riocentro, realizando a Cúpula Mundial sobre o Meio Ambiente, enquanto no Aterro do Flamengo ocorria o Fórum Global, evento que amalgamou movimentos sociais, líderes religiosos, artistas, intelectuais, jornalistas, etc., organizado por várias ONGs (Organizações Não-Governamentais) e movimentos populares.

Nessa conferência, então a maior de todos os tempos, estiveram presentes importantes personalidades políticas do mundo, como o presidente norte-americano George Bush, o *premier* inglês John Major, François Mitterrand e Fidel Castro. Fernando Collor de Mello, então presidente do Brasil, deslocou tropas federais para o Rio de Janeiro³⁸ para manter a ordem pública, fato que até

³⁷ Doutorando em Geografia pela UNICAMP, Mestre e Licenciado em Geografia pela UERJ. Professor Assistente na Área de Geopolítica do Departamento de Geociências da UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica.

³⁸ Vale acrescentar que a cidade do Rio de Janeiro se tornou capital federal durante os dias da conferência, de acordo com decreto presidencial.

os dias atuais serve de exemplo de como o Exército pode atuar no combate ao crime. Afinal, foram utilizados até mesmo blindados para que a cidade do Rio de Janeiro permanecesse em completa “paz” durante os dias da conferência.

No Aterro do Flamengo, onde se instalou o Fórum Global, intelectuais de diversas nacionalidades realizaram discussões portentosas: Herbert de Souza, o Betinho, presidente da ONG IBASE, participou da abertura, e o filósofo francês Jean Baudrillard fez uma conferência no evento, e em suas entrevistas o considerando um “simulacro”³⁹. Além de debates acadêmicos, ocorreram reuniões eclesiais e ecumênicas e encontros entre líderes de comunidades indígenas e tradicionais, bem como intensa participação de movimentos sociais organizados em lutas urbanas, agrárias, sexistas, étnicas, ecológicas etc. Cerca de 20.000 representantes de ONGs de mais de 170 países do mundo participaram do Fórum, e artistas de renome ou anônimos se solidarizaram com a construção de um mundo ambientalmente mais saudável⁴⁰. A arte, a diplomacia e os movimentos sociais marcavam presença, e a imprensa, com mais de 10.000 jornalistas, cobriu os eventos com leituras múltiplas que mostravam otimismo, pessimismo ou simplesmente analisavam o Fórum Global de forma caricatural. Ao todo, cerca de 500.000 pessoas estiveram no Aterro do Flamengo durante a realização da conferência.

Apontamos neste artigo que esse mega-evento construiu na cidade do Rio de Janeiro um *simulacro espacial*, cujo objetivo foi a celebração das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental sob o manto da ideologia do Desenvolvimento Sustentável. Torna-se necessário para compreender a importância factual da Conferência do Rio de Janeiro – 1992, analisar o que podemos denominar de *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável* (BECKER, 1995).

A concepção de *Desenvolvimento Sustentável* apresenta-se atualmente, em caráter urgente e multi-escalar, como o caminho seguro na construção de uma sociedade mais justa e equável e para a redenção dos inúmeros males da humanidade. Seu cerne é representar uma proposta

39 Entrevista de Jean Baudrillard à Folha de São Paulo, realizada pela professora de comunicação da UFRJ Kátia Maciel, durante o período de realização da ECO-92. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u69174.shtml> (Acesso em 06 de junho de 2010). Questionado pela entrevistadora se a ECO-92, mesmo sendo um simulacro, teria resultados, Baudrillard asseverou: “*Parece-me que tudo isso faz parte de uma nova ordem mundial. No sentido político, a ecologia faz parte de um novo establishment mundial, fundado sobre uma extensão formal da democracia, dos direitos humanos, fundado sobre um consenso. É mais um pacto simbólico com a natureza. Não é exatamente um contrato natural, não é um contrato em termos racionais. É um consenso, não é um contrato. Não é nem um pacto nem um contrato. Um consenso é como uma uniformidade para se obter o equilíbrio pela ausência de negatividade. Porque não pode haver negatividade, nem na natureza, nem na sociedade. Essa ideologia consensual me parece a pior forma de mudar. É a pior forma de dissuasão de uma relação verdadeira. O consenso não é um consenso, me parece.*”

40 A conferência alterou o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. No Estádio de Remo da Lagoa, Plácido Domingo entoou *Aquarela do Brasil*, como parte do espetáculo intitulado *Concerto para a Vida*, conduzido pelo ator hollywoodiano Jeremy Irons. O ápice deste concerto foi a performance do maestro Tom Jobim, cantando sua composição mais recente, encomendada por uma rede de televisão inglesa, intitulada *Forever Green*, que entoava “*Let there be flowers / Let there be spring / We have few hours to save our dream / Let there be light / Let the bird sing / Let the forest be forever green*” (*Deixe que haja flores / Deixe que haja uma primavera / Nós temos poucas horas para conservar nosso sonho / Deixe haver uma luz / Deixe os pássaros cantar / Deixe a floresta ser para sempre verde*”).

inquestionável de resolução da “*Crise Ambiental*”, um potente estigma deste novo século que parece ambicionar – antes mesmo de qualquer questionamento – uma breve solução⁴¹. Foi essa *crise ambiental*, intimamente vinculada à expropriação inadequada dos recursos advindos da natureza e pautada na consolidação do ideal de dominação e superioridade da espécie humana, que foi debatida em grandes conclaves internacionais, como em Estocolmo (1972) e, particularmente, no Rio de Janeiro (1992).

Afinal, foi nesta última grande conferência que foi proclamada a concepção de Desenvolvimento Sustentável, que se mostra enigmática (“apócrifa”, “apátrida”, “atemporal”) e frágil, mas que apesar disto vem cooptando inúmeros entusiastas. Sua definição alude à satisfação das necessidades presentes e futuras da humanidade, em um claro paradoxo às contradições do sistema capitalista mundial. A trajetória da construção deste ideário – que objetiva ser consensual, na busca da aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente –, só atingiu seu intento quando o debate de uma melhor utilização da natureza inseriu-se na ordem do neoliberalismo econômico⁴². Essa afirmativa ganha maior vigor quando analisamos o contexto político-econômico mundial no período da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92, no Rio de Janeiro), que promoveu a celebração do Desenvolvimento Sustentável através de documentos como a Agenda 21.

A ECO-92: O Encontro entre o Neoliberalismo Econômico e o “Meio Ambiente”.

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

41 É importante ressaltar que as raízes do Desenvolvimento Sustentável remetem à obra do liberal norte-americano do final do século XIX, Gifford Pinchot, responsável pela teorização acerca do que se convencionou chamar de conservacionismo (uso racional da natureza através de pequenos estoques). Contudo, somente na década de 1960 houve uma aproximação dos movimentos ambientalistas nascentes e das estratégias geopolíticas, de matriz neomalthusiana, para adequação da natureza-combustível a um novo ritmo de desenvolvimento que mantivesse as relações exploratórias entre centro e periferia no sistema-mundo. Ou seja, tornou-se necessário, sob o viés hegemônico, cuidar da natureza para evitar seu esgotamento e não prejudicar a continuidade do ritmo capitalista. Tudo isso gerou uma grande celeuma, que originou estratégias aparentemente sinceras de cuidado ambiental, como o Ecodesenvolvimento, e outras de caráter claramente dominante, como o Crescimento Zero, que pregava o congelamento econômico dos países intitulados de “Terceiro Mundo”. O Desenvolvimento Sustentável é o corolário deste processo de encontro de interesses, que eclipsou as antigas divergências, e simboliza o fracasso da Conferência de Estocolmo, onde houve grande dissenso de ideias, e o sucesso da ECO-92 (Ver DIEGUES, 1996; OLIVEIRA, 2005).

42 Segundo David Harvey (2008), o neoliberalismo compreenderia uma teoria pautada em práticas político-econômicas que propõem o bem-estar humano a partir da capacidade empreendedora individual, em um regime pleno de propriedade privada, livres mercados e livre-comércio. Esse modelo implica em uma tríade composta pela desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica. Todavia, se o Estado se retira da ordem econômica (em parte, pois deve garantir a qualidade e integridade do dinheiro), deve estabelecer as estruturas e funções militares de defesa, da polícia e o sistema legal requerido para o pleno funcionamento do modelo neoliberal. Evidentemente, essa base teórica escamoteia as verdadeiras intenções do neoliberalismo: (i) um domínio geopolítico estadunidense, que acabou por significar, de maneira concomitante, uma diminuição dos recursos para a esfera social dos Estados, expondo a população global ao empobrecimento ainda mais profundo; e (ii) uma nutriz ideológica a partir dos ideais de liberdade, de multiculturalismo e de democracia (com base na propriedade privada e no livre-empreendedorismo), que implicou em remeter a um relicário conceitual os ideais de igualdade e de justiça social.

conhecida simplesmente como ECO-92, foi programada durante convocação da ONU em 22 de dezembro de 1989, onde foi acertado que o Brasil sediaria o gigantesco encontro. A cidade do Rio de Janeiro seria então o palco perfeito para a transformação estratégica do desenvolvimento capitalista.

Em uma primeira análise, a ECO-92 foi a grande responsável pelo acordo de celebração do modelo de Desenvolvimento Sustentável em caráter global, com a adoção da Agenda 21 como receituário dos países signatários. Mas o verdadeiro acerto ocorreu anteriormente, na conferência de cúpula do G7⁴³, em 1989, antes da convocação da CNUMAD, quando os sete países economicamente mais poderosos do mundo fizeram um apelo no sentido da “adoção imediata, em âmbito mundial, de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável”.

O empresariado de maior estatura internacional também adotou a cartilha do novo modelo, pactuado na Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental, organizada pela Câmara Internacional do Comércio. Através da assinatura de um catálogo de diretrizes intitulado *Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*, esta conferência, que ocorreu no ano de 1991, também estimulou a adoção de práticas administrativas que efetivem a nova estratégia de progresso econômico. Outros grupos empresariais, que enquadram Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão, Índia e Malásia, também empreenderam mecanismos de regulamentação ambiental de acordo com os ensinamentos da sustentabilidade.

A adoção imediata dos pressupostos do *Relatório Brundtland*⁴⁴ (1988) pelas nações mais poderosas e pelo empresariado internacional não ocorreu por cooptação ou mudança de prioridades: o Desenvolvimento Sustentável nasceu no âmago do pensamento da classe dominante, e utiliza os pressupostos do conservacionismo juntamente com um ensinamento do universo econômico de gestão de negócios: o *Princípio da Precaução*.

Esse princípio foi inicialmente acordado na Conferência Mundial da Indústria sobre Administração Ambiental, em 1984, e depois aceito na Reunião do G7, em 1989, citada anteriormente. O empresariado entende o *Princípio da Precaução* como uma oportunidade inigualável de superar o risco e a incerteza através de investimentos e estudos localizados. O consumo mais eficiente de energia, a redução de poluição nas escalas global e local e o uso racional de matéria-prima fornecem a chance da criação de novas técnicas mais lucrativas e estimulam transformações econômicas mais virtuosas, em lugar da aceitação sectária dos problemas existentes. A precaução quanto ao fim da natureza-combustível sofre então uma mutação, deixando de

43 “Grupo dos Sete”, que envolve as nações mais desenvolvidas do mundo: Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Atualmente, com a inserção da Rússia na cúpula, adotou-se a nomenclatura G8.

44 Trata-se de um extenso relatório publicado em 1987, que adquiriu o sugestivo título de *Nosso Futuro Comum*, construído por uma comissão da ONU presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que sedimentou o Desenvolvimento Sustentável como uma nova estratégia de desenvolvimento do capitalismo. É um documento que prega o mercado como gestor do meio ambiente e o Estado como regulador das compensações econômicas.

representar temor e preocupação, e se transforma em aprofundamento de pesquisas científicas, desenvolvimento de novas tecnologias, atualizações administrativas e, por fim, lucros maiores e mais duráveis.

Segundo S. Schmidheiny (1992), esse princípio foi fortalecido na Declaração Ministerial da Reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, em Bergen, quando ficou decidido que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, as políticas tinham que se basear no *Princípio da Precaução*, e assim as medidas ambientais deveriam prever, evitar e atacar as causas da degradação ambiental. Além disso, o autor – um industrial suíço, presidente do BCSD (*Business Council for Sustainable Development*) e Consultor Principal de Comércio e Indústria junto à CNUMAD 92 – evidencia ainda mais a concepção de Desenvolvimento Sustentável para o mega-empresariado, quando afirma, de maneira contundente e direta, que “*a pedra angular do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços são fixados de forma a refletir os custos dos recursos ambientais e outros*”, e ainda que “*os mercados abertos podem motivar as pessoas para o desenvolvimento sustentável*”⁴⁵.

Desta forma, conforme apontamos em estudos anteriores (p. ex.: OLIVEIRA, 2001, 2003, 2005, 2006 e 2007), o Desenvolvimento Sustentável configura-se como pensamento dominante de nossa época. Após estes acordos tácitos, a Conferência do Rio de Janeiro deveria se constituir no “*locus*” para a aceitação do pensamento dominante. O ocultamento desses conchaves anteriores e a apropriação de ideias comungadas com o pensamento ecológico em voga foram medidas necessárias para uma melhor aceitação das ideias hegemônicas. Além disso, o Desenvolvimento Sustentável possui caráter genérico e global, além de um conteúdo engenhoso e incompleto, que o diferenciava da proposta ineficiente de *crescimento zero*, discutida na Primeira Conferência, em Estocolmo. Assim, a escolha do país-sede do “espetáculo” da conferência não poderia conter erros.

Ao contrário da Primeira Conferência, realizada na rica, desenvolvida e fria Suécia, a nova conferência foi realizada no Brasil, um país periférico, dependente, de industrialização tardia. Mas, apesar de seus severos problemas econômicos e sociais, o Brasil apresenta uma cultura rica e diversificada, ilustrada por uma explosão de ritmos e festas proeminentes e um vasto calendário de espetáculos internacionais. Estes “predicados” do Brasil colocaram-no como palco ideal da “festa” de celebração para o Desenvolvimento Sustentável.

Mas, além de periférico e festivo, o Brasil despertava a atenção mundial por outra grande especificidade: em seu território localizava-se a maior parte da Amazônia, vasta floresta equatorial,

45 A obra de Schmidheiny, *Mudando o Rumo*, de 1992, citada anteriormente, corresponde à publicação do resumo executivo de um conjunto de conferências e *workshops* que reuniram cinquenta líderes de grandes empresas mundiais, como as gigantes Procter & Gamble, Shell, Kiocera e Volkswagen. Aliás, o BCSD foi criado com o intuito de construir uma visão empresarial sobre o meio ambiente, a partir de um convite feito pelo próprio Maurice Strong (secretário geral na ECO-92) a Stephan Schmidheiny, e por isso, as formulações contidas nesta publicação clarificam as relações (lucrativas) do mercado com o meio ambiente sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, através, inclusive, de exemplos práticos envolvendo ações empresariais da época.

com imensa diversidade de espécies animais e vegetais e de imensurável valor econômico. Nessa abordagem geopolítica, onde o escopo primaz é a gestão da natureza enquanto mercadoria de extremo valor, as riquezas amazônicas, atuais e futuras destacavam o Brasil no epicentro de toda a discussão.

A escolha do Brasil como sede da ECO-92 ocorreu imediatamente após a realização, em novembro de 1989, em Washington, do encontro convocado pelo Instituto de Economia Internacional, com participação de funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID –, além de economistas latinos. A temática do evento era a avaliação das reformas econômicas dos países da América Latina e, apesar do revestimento acadêmico não-deliberativo, ganhou grande significação simbólica e acabou recebendo a denominação subsequente de “*Consenso de Washington*”.

Essa reunião teve como objetivo a ratificação da proposta neoliberal que o governo americano vinha insistentemente recomendando, através das entidades internacionais anteriormente relacionadas, para estabelecimento de políticas de cooperação financeira. Estas ideias obtiveram plena aceitação dos economistas latino-americanos presentes e foram adotadas em governos de países como México e Argentina e, no Brasil, durante o mandato presidencial de Fernando Collor de Mello⁴⁶.

O Brasil seria, em junho de 1992, o local estratégico para a realização da ECO-92. Nessa conferência, o objetivo foi criar a aparência de um debate amplo e democrático, entre todos os participantes de praticamente todas as nações do mundo, sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais. Mas, ao contrário dessa aparência dialógica, a ECO-92 foi verdadeiramente o palco escolhido para a aclamação do Desenvolvimento Sustentável enquanto mecanismo de transformação dos problemas ambientais em lucros crescentes. Os eventos paralelos, que reuniram ONGs, movimentos sociais e ativistas políticos, foram tratados de maneira geral pela mídia como um prolongamento festivo do evento. A agenda internacional já estava planejada, e faltava apenas a cooptação universal dos países periféricos e dos próprios movimentos de questionamento.

A ECO-92 foi uma atividade cênica, com movimentos e decisões coreografados, cujo cerne era informar a plateia, de maneira célebre, acerca do Desenvolvimento Sustentável. A assinatura da Agenda 21 foi o ato simbólico, o marco crucial mais contundente da efetivação deste modelo enquanto nova ordem.

46 O pensamento neoliberal, como sabemos, questiona a competência do Estado em intervir em questões sociais, econômicas e até mesmo ambientais. O presidente Collor de Mello, inclusive, aceitou a solicitação do G7, em 1990, de estudo de cogestão internacional da Amazônia, empreendido pelo Banco Mundial, acatando decisões como a demarcação de imensas reservas fronteiriças, muito além das necessidades de preservação das culturas indígenas.

O Significado Estratégico da “Crise Ambiental”

Compreender o Desenvolvimento Sustentável se desdobra em entender as mediações sociais que fundamentam o próprio significado de desenvolvimento e na reflexão sobre o significado da crise ambiental. Trata-se de uma dual articulação de ideias presentes no capitalismo contemporâneo, que envolve uma “tensão teórica” e uma “fortaleza conceitual”. Existe uma profunda “tensão teórica” envolta sob o amálgama que representa o conceito de desenvolvimento, que alude à própria relação sociedade $\times$ natureza e a atual adequação de um novo modelo técnico-produtivo, que podemos asseverar como “acumulação flexível” ou, de maneira conservadora, de reestruturação produtiva do capital. A “tensão teórica” a que nos referimos, prescreve as diferentes idealizações-materializações acerca do modelo de desenvolvimento em gestação. Ao invés de se pensar em uma reformulação profunda no significado de desenvolvimento, assistimos o fausto de seus pressupostos técnicos e às constantes readequações superficiais de pouco lastro empírico. Observamos, então, seguidos embates infrutíferos sobre as possibilidades de sucesso de novos modelos de desenvolvimento, como o que apresentamos em tela⁴⁷.

Etimologicamente, “des + envolver” significa retirar o que oculta, o que envolve⁴⁸; seria o processo de conhecer algo que está envolvido, romper o que está oculto (PIZZI, 2005). Segundo o mesmo autor, a ideia de desenvolvimento na Idade Média vinculava-se a algo cíclico, com começo, apogeu e declínio; e com o advento da perspectiva positivista, passou a designar um progresso sistemático, com um constante ideal de superação – além disso, a racionalidade moderna também passou a definir desenvolvimento como crescer, aumentar, incrementar, ou seja, como sinônimo de amadurecimento, de avanço da prosperidade; e por fim, após a Segunda Guerra Mundial, quando Harry Truman cunhou o termo subdesenvolvimento, a concepção de desenvolvimento igualou-se à de progresso material, um estágio a ser pleiteado por todos os países do mundo.

Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (1992, p. 11), o conceito de desenvolvimento “*revela-se como um fim em si mesmo, o que significa sair/dominar a natureza, e também os homens*”. Entendendo a natureza como fonte inicial de todos os meios de trabalho e de objetos de trabalho (MARX, 1984, p. 7), é possível asseverar que o desenvolvimento capitalista é um domínio sobre o homem, a natureza e do trabalho como interação entre ambos, através, destacadamente, da evolução das forças produtivas. Karl Marx apontava a base material do desenvolvimento do homem, tanto como ser natural quanto ser cultural, no grau de desenvolvimento das forças

47 Não se trata de afirmar que exista um raptio conceitual do termo desenvolvimento pelo capitalismo, nem tampouco nos atermos a pensar uma nova modalidade de desenvolvimento. O cerne é a discussão sobre o paulatino esgotamento de um estilo de desenvolvimento, nascido com a revolução industrial e reforçado pelo Fordismo, onde a natureza se transformou em combustível e o homem (*proletário*) em engrenagem na máquina econômica mundial.

48 Carlos Walter Porto-Gonçalves (1992, p. 11) nos lembra que este significado de “*retirar o que envolve*”, “*romper o invólucro*” do termo *desenvolver* está presente em diversas línguas além do português, casos do inglês, espanhol, francês e italiano.

produtivas de que dispõe a sociedade (SANTOS, 1984; MEHRING, 1977; POLITZER, 1963), quando afirmava que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1977). O desenvolvimento cria a própria sociedade como a conhecemos, pois “*a sociedade civil compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas*” (MARX, ENGELS, 2001, p. 33).

Sob a égide do sistema capitalista, o desenvolvimento tornou-se semelhante às noções de *modernização* e de *progresso*, que são mitos sobre os quais o capital desenvolveu-se para a ilusão necessária de que somente sob este sistema obtêm-se um crescimento econômico e tecnológico para toda a sociedade. Segundo Marilena Chauí, a história que nos é transmitida é a do progresso das “*nações, Estados, das ciências, das artes, das técnicas*” (CHAUÍ, 1982, p. 121); da constante vitória dos povos ditos “civilizados”, colonizando os povos “primitivos”, imprimindo-os a lógica do beneficiamento do progresso (CHAUÍ, 1982). E o que entendemos como desenvolvimento (econômico, que se sobrepõe ao social) é fundamentado nesta ideia do progresso⁴⁹.

Nossas ideias estão alicerçadas na certeza de que Estocolmo e Rio de Janeiro foram palcos da necessidade global de reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, mas que de forma alguma pretendem alterar seu significado sob a égide do sistema capitalista. Aliás, esses conclaves internacionais objetivaram soluções não somente para os problemas ambientais a partir dos preceitos econômicos hegemônicos, mas também nos revelaram a inadequação do atual paradigma mecanicista newtoniano-cartesiano, que está epistemologicamente calcado na modernidade científica e é empiricamente observável na cadeia de relações sociais circunscritas no que podemos chamar de binômio capitalismo – industrialismo. Ou seja, se existe uma crise, esta será ambiental, produtiva e do próprio conhecimento⁵⁰.

Assim, em tom adverso ao que arriscamos chamar de “tensão teórica” em torno do conceito de desenvolvimento, entendemos existir uma “fortaleza conceitual” severamente erigida, que parece não permitir profundos questionamentos: a “Crise Ambiental” que se delineia como grande anátema do século XXI e parece eclipsar outras questões de importância inquestionável.

Antes de tudo, há de se pensar as vicissitudes teóricas sobre a existência dessa crise. Arlete

49 Celso Furtado (1998, p. 8) também aponta a proximidade entre a concepção de desenvolvimento econômico sob a ótica capitalista com a noção de progresso. O autor, que discute o mito da universalização econômica nos moldes dos países do Primeiro Mundo, objetivava combater a visão da época de que o desenvolvimento econômico estava ao alcance de todos os países. Sabemos que este mito já foi exaustivamente discutido e esclarecido, porém o pressuposto de que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado ao progresso permanece atual.

50 Essa tensão permanece presente nos debates sobre a ruptura paradigmática atual, no debate sobre o declínio de uma civilização baseada em uma matriz energética geológica, cuja referência é o processo repetitivo e mecanicista da revolução industrial baseada no uso de “recursos” esgotáveis, como metais básicos, carvão e petróleo. Não são poucos os autores que partem desses pressupostos e analisam a renovação conceitual-epistemológica e a transformação material de um novo projeto científico-produtivo como uma proposição emergente das necessidades do sistema hegemônico, que envolve desde uma superação desta civilização baseada no usufruto dos combustíveis fósseis e a reformulação das tarefas fabris repetitivas do trabalho humano. (Ver CAPRA, 1999; MOREIRA, 2004).

Moysés Rodrigues (2006), que já nos alertou sobre a inconsistência da concepção do Desenvolvimento Sustentável (“ideário”, “mito”, “ideia mágica”, “lenda”), cuja fragilidade visa ocultar uma agenda política pautada na manutenção da dominação de classe (realizando um mitológico choque de gerações presentes e futuras), assevera que podemos enxergar a crise ambiental como uma possibilidade de criação de um novo olhar para com o espaço. A mesma autora afirma que, de forma alguma, esta crise afasta a condição de recurso que o capitalismo enxerga natureza e ainda mantém o território como fonte de riqueza a ser controlada por poucas mãos, agora em forma de patente, propriedade intelectual e controle do capital técnico-científico.

Em outras palavras, primeiramente há uma transmutação da “*Ideologia do Desenvolvimento*” para a “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*”, sendo esta última uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento. Trata-se de uma mediação para um novo paradigma, mas que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusivo de uma classe, com a prática de um “Novo Colonialismo” (REBÊLO Jr., 2002), ou mesmo, um “Novo Imperialismo” (HARVEY, 2005).

Entendendo dessa maneira a concepção de Desenvolvimento Sustentável, logo somos obrigados a interpretar a crise como intempérie necessária ao modo de produção capitalista. Com base no economista marxista russo Nicolai Kondratiev, alguns autores exploraram o caráter cíclico do sistema capitalista – que varia momentos de auge e crise –, em ondas quase naturalizadas pela exigência da efetivação das profundas revoluções das forças produtivas da burguesia. Immanuel Wallerstein (2003) e Jean-Marie Martin (1990) nos alertam sobre a dimensão da atual crise produtiva, que coloca em risco o próprio sistema capitalista e as bases edificadas no século XX, mas reconhecem sua necessidade para a adequação das novas exigências do modelo produtivo, pautado em uma nova relação de trabalho, fontes renováveis de energia e, principalmente, em um novo modelo de desenvolvimento, com manutenções e transformações em relação ao existente.

A crise ambiental não coloca em risco o sistema capitalista, pois o que está implícito é que as próprias contradições do sistema capitalista o colocam em risco (MARX; ENGELS, 2001). Para Wallerstein (2003), a atual crise⁵¹ – baseada nas contradições políticas, econômicas, sociais e ambientais do capital – oferece apuros que podem esgotar o sistema dominante, ou seja, uma crise multifacetada, e não somente ambiental/energética, por exemplo. E por fim, Martin (1990) nos

51 Immanuel Wallerstein (2003) aponta que o capitalismo conhece atualmente uma intensa crise (uma “fase B”, remetendo aos *Ciclos de Kondratiev*), com base em dois vetores: [1] uma crise norte-americana *strictu sensu*, com o fim da antípoda URSS e consequente abalo da economia anti-comunista, o fortalecimento do chamado Terceiro Mundo e da Europa e do Japão, e ainda as readequações no processo produtivo, que significaram mais derrotas que vitórias, como a deslocalização das fábricas e flexibilização do trabalhador; [2] um conjunto de tendências seculares, como a desruralização e a crise no modelo urbano de mundo, o esgotamento ecológico e a ultra-democratização, advinda com a globalização e assim, um processo de proletarianização das massas cada vez mais informadas e participantes da esfera política. O autor afirma categoricamente que sem escala temporal, o neoliberalismo econômico é demasiado incompetente para a resolução destas dificuldades, e que os fatores sintetizados criaram um impasse para o capitalismo que pode significar o seu desaparecimento (Idem, p. 91).

oferece uma aguda interpretação sobre a economia da energia e mostra que não houve, em momento algum da história, a obliteração completa de quaisquer fontes energéticas.

Não há dúvidas de que a crise ambiental é uma crise capitalista, e que uma demanda por estratégias de controle e suavização tem sido empreendida. A possível diminuição da oferta de certos recursos naturais (como em particular, os de origem mineral-fóssil) acabaria significando a falta de combustível na máquina capitalista, que se não indica um colapso das estruturas do capital, implica uma necessidade produtiva de readequação para que não ocorra diminuição dos lucros. Como bem lembram François Chesnais e Claude Serfati (2003, p. 4), *“as crise(s) ecológica(s) planetária(s), cujos efeitos se repartem de forma muito desigual, são os produtos do capitalismo, mas nem por isso são fatores centrais de crise para o capitalismo”*. Os autores ainda destacam que não acreditam que *“pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo poria em perigo, e até destruiria, suas próprias condições de reprodução e de funcionamento”*.

Assim, podemos inicialmente compreender que a crise ambiental é a preocupação capitalista com o esgotamento de alguns importantes recursos naturais da economia mundial. Esse esgotamento ocorreu de forma acentuada nos países mais industrializados, de maneira que se tornou fundamental para a reprodução do capital que se preservem as jazidas dos países periféricos (algo perseguido desde os embates de Estocolmo). Sob esta perspectiva, podemos ainda aludir que a crise ambiental representa dificuldades para a ampliação do capital, e que assim, requer uma readaptação lenta e gradual do investimento em novas técnicas e novas formas produtivas. E, dessa forma, oculta as contradições da própria produção capitalista, para a exibição apenas de uma face de grande apelo que é a questão ambiental.

Logo, torna-se pertinente questionar a existência de uma crise verdadeiramente de caráter ambiental para o capital, e qual o seu papel em relação às transformações em curso. Entretanto, é inquestionável que o Desenvolvimento Sustentável é uma das faces da moeda (complementada pelo neoliberalismo econômico) deste grande processo de adaptação do capitalismo às novas necessidades (baseadas em contradições pretéritas) dos dias atuais.

Da mesma maneira que toda essa discussão ambiental se apresenta sob a égide do neoliberalismo econômico, este último revela sua inconsistência na capacidade de resolução do que lhe é proposto. Isto parece indicar um ato farsesco, onde tanto o Desenvolvimento Sustentável quanto o neoliberalismo econômico são apenas máscaras de um grande processo em curso de reestruturação produtiva do capital.

Uma Conferência entre a Tensão e a Celebração: Considerações Finais

Assim como grande parte dos debates em torno da questão ambiental, com as dialéticas

entre centro e periferia, ricos e pobres, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, a Conferência do Rio de Janeiro se tornou um evento bipartido: no Riocentro ocorreu a Cúpula da Terra e a Reunião das “Delegações”, onde as tensas decisões diplomáticas e os acordos internacionais foram constituídos, enquanto no Aterro do Flamengo aconteceu o Fórum Global envolvendo as ONGs e movimentos sociais, com a participação efetiva de diversos interessados em debater esta temática. Evidentemente, a Cúpula da Terra se sobrepôs ao Fórum, criando a falsa impressão de um diálogo ativo entre ambos em torno do Desenvolvimento Sustentável, quando na verdade apenas a primeira possuiu caráter deliberativo. Assim, ideologicamente, o Fórum Global foi tratado como um evento festivo pela imprensa (isto, por vezes, até de maneira pejorativa) e se configurou como uma celebração da aceitação do Desenvolvimento Sustentável enquanto interesse comum, constituindo uma espécie de simulacro.

Simulacro, segundo Marilena Chauí (2006), é uma encenação, um espetáculo muito bem coordenado e dirigido, que em tempos de globalização e de domínio do meio técnico-científico-informacional, forja uma falsa consciência, um falso consenso, principalmente quando amparado na mídia e na constatação de especialistas e cientistas, promotores da “verdade” absoluta (logicamente corrompida). Assim entendemos a Conferência do Rio de Janeiro de 1992: um simulacro espacial calcado em uma encenação geográfica, onde se suprimiu os cerca de 50 km de distância entre a Cúpula do Riocentro e o Fórum do Aterro, criando a simulação de um diálogo e da construção simbólica de um ideal comum, cujo intento era a construção de um consenso em torno do Desenvolvimento Sustentável.

A Conferência do Rio de Janeiro foi um simulacro espacial, cujo intento era celebrar, local e globalmente, a concepção do Desenvolvimento Sustentável, e a assinatura da Agenda 21 foi o ato simbólico, o marco crucial mais contundente da efetivação do Desenvolvimento Sustentável enquanto nova ordem geopolítica. A Agenda 21 também se tornou receituário comum e universal, de países centrais ou periféricos, de industriários ou trabalhadores⁵². Os desencontros de Estocolmo se tornaram encontros (entre centro e periferia, entre economia e ecologia) no Rio de Janeiro.

Estes “encontros” da Conferência não foram capazes de suprimir uma indelével contradição teórica: a existência de uma multifacetada crise (ambiental, mas também econômica, política, social, etc.), devido ao acirramento de um modelo industrial que destrói impiedosamente a natureza-combustível e exige a “ecologização” de algumas medidas econômicas. Mas essa crise, na verdade, não é real (para o capital), mas justamente uma nova forma de reprodução ampliada do capital (uma fórmula para aumento dos lucros), e segundo os ensinamentos de A. M. Rodrigues

52 A realização da Conferência Rio + 10, que ocorreu em 2002, em Johannesburg (África do Sul), foi sintomática: com grande participação empresarial e menor cooptação de movimentos populares, serviu apenas para ratificar a Agenda 21, e conseqüentemente, implantar o Desenvolvimento Sustentável como um modelo global obrigatório de adequação sócio-ambiental

(2006a), um deslocamento ideológico da luta de classes para o conflito de gerações, usando a natureza como artifício.

Sobre o papel do Neoliberalismo, nova perturbação se apresenta, quando refletimos sobre o papel do Estado frente à questão ambiental e quanto ao próprio modelo econômico. O Estado é adaptável às condições impostas pela classe dominante, e na atual conjuntura demonstra uma atuação dúbia ou mesmo farsesca em relação à temática ambiental. Da mesma forma que o Estado aparentemente se apresenta na globalização *como* alheio às formulações mercadológicas, com aspecto debilitado e no ostracismo das resoluções econômicas, políticas e sociais, fica evidente sua condição de grande responsável pela supressão das mazelas ecológicas e estímulo da execução da Agenda 21 em escala local e, também, da adequação empresarial aos ISOs e demais certificações de tratamento ecológico-social em busca do Desenvolvimento Sustentável.

O que acreditamos ser a marca deste tempo é essa transição ideológica da condição de trabalhadores para consumidores, implícita neste diálogo sobre o esgotamento dos “recursos”, e também a produção do consenso em torno da geopolítica do desenvolvimento sustentável, em que o controle do território obedece a novas implicações. Entender a ECO-92 em sua plenitude é um desafio necessário para a compreensão desta nova relação global *x* local, que pode ser entendida como um enfrentamento entre a Geopolítica dos Estados-Maiores e o lugar com suas particularidades e resistências e também com suas riquezas naturais e suas necessidades específicas. Afinal, como afirma Bertha Becker (2001), nestes novos tempos, a geopolítica não corresponde apenas às estratégias de conquista dos territórios, mas está focada destacadamente na apropriação da *decisão* sobre as formas de utilização dos mesmos.

Referências

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latinoamericanos**. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://tarcisiodezena.sites.uol.com.br/apostila/conswash.htm>>. Acesso em 10 de Jun. 2005.

BECKER, Berta K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 271-307.

_____. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRUNDTLAND, Gro H. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1988. Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. **Simulacro e Poder: Uma Análise da Mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. 'Ecologia' e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n.16, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

EVASO, A. S., BITTENCOURT Jr., C., VITIELLO, M. A., NOGUEIRA, S. M.; RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento Sustentável: Mito ou Realidade?. In **Terra Livre: Geografia, Política e Cidadania**, n. 11-12. São Paulo: AGB, 1992, pp. 91-101.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

_____. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARTIN, Jean-Marie. **A Economia Mundial da Energia**. São Paulo: Unesp, 1990.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEADOWS, Dennis L. **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MEHRING, Franz. **O Materialismo Histórico**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MOREIRA, Ruy. **O Círculo e a Espiral: Para a Crítica da Geografia que se Ensina – I**. Niterói: Edições AGB – Niterói, 2004.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia**. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001.

_____. O Ensino de Geografia e o Desenvolvimento Sustentável: Espectros de uma idéia dominante de nossa época. In **ENPEG – ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA**, 7º, 2003, Novos Desafios na Formação do Professor de Geografia, Anais. Vitória, AGB - Espírito Santo, 2003. 1 CD-ROM.

_____. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. In **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, n. 2, pp. 33-38, 2005.

_____. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

_____. A Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”. In 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas. **Comunicações 5º CEMARX.** Campinas, Unicamp, 2007. 1 CD-ROM.

PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais.** 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol11/desenvolvimento.pdf>>. Acessado em 19 de Mar. 2005.

POLITZER, Georges (Guy Besse e Maurice Caveing). **Princípios Fundamentais de Filosofia.** São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. P. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. In **Terra Livre**, n. 11-12. São Paulo, AGB, 1992, pp. 9-76.

REBÊLO JÚNIOR, Manoel. **O Desenvolvimento Sustentável: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável: Do Conflito de Classes ao Conflito de Gerações. In SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio Wanderley (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Problemática Ambiental = Agenda Política: Espaço, Território e Classes Sociais. In **Boletim Paulista de Geografia**, v. 83, pp. 91-110, 2006a.

SANTOS, Theotonio dos. **Forças Produtivas & Relações de Produção: Ensaio Introdutório.** Petrópolis: Vozes, 1984.

SCHMIDHEINY, Stephan. **Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo. In CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.